

Agência Estado lança ‘Broadcast Político’

Novo serviço noticioso, que estreia terça-feira, vai acompanhar em tempo real os principais fatos da política e bastidores dos três Poderes

A *Agência Estado*, empresa do Grupo Estado, lançará terça-feira em Brasília, em evento no Congresso Nacional, o *Broadcast Político*, o primeiro serviço em tempo real dedicado à cobertura política dos três Poderes. O novo serviço informativo estende à política a experiência e a tecnologia da *Broadcast*, pioneiro há 22 anos na cobertura instantânea do mercado financeiro.

Complementam o cardápio informativo parcerias com serviços especializados, como o Análise Política e o site Migalhas, cuja produção especial para o *Broadcast Político*, esmiuçando o mundo jurídico, se chamará “Lides”. O novo produto trará também vídeos e um monitoramento do que é veiculado em publicações pelo País e pelo mundo – o Radar da Imprensa. Áudios da *Rádio Estadão* também estarão disponíveis como complemento às reportagens e notas instantâneas.

“O Broadcast Político representa a expansão do nosso jornalismo digital e em tempo real. Ampliamos a já reconhecida liderança do *Broadcast* ao campo político, após percebermos alta demanda por informação especializada e ágil nesse setor”, afirma Francisco Mesquita Neto, diretor-presidente do Grupo Estado.

Além da dedicação das redações de Brasília, Rio e São Paulo e correspondentes, a equipe da *Agência Estado* foi ampliada para acompanhar as votações, os debates, as decisões e os bastidores do mundo político – minuto a minuto, 24 horas por dia, sete dias por semana. Tal como o pioneiro *Broadcast*, a apuração jornalística será enriquecida pela sinergia entre as redações do Grupo Estado – dedicadas às edições impressas, digitais, rádio e agência. “As ativida-

CONHEÇA O BROADCAST POLÍTICO

● As notícias e os bastidores da política em uma única tela

PARA SABER MAIS
www.ae.com.br/faleconosco
São Paulo: (11) 3856-3500
Outros lugares: 0800 011 3000

Notícias

Acompanhe em tempo real os principais fatos da política e da economia. Reportagens, comentários e entrevistas publicados sete dias por semana, 24 horas por dia

Top News

Seleção das notícias mais relevantes do momento

Radar da Imprensa

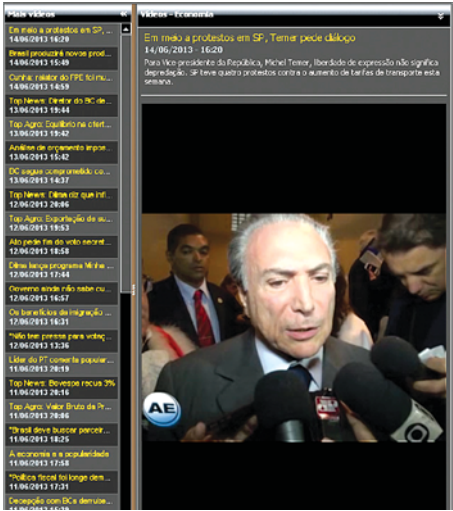
Alertas para notícias do mundo político publicadas por jornais, sites e blogs de todo o País

Colunas

Textos exclusivos e colunas do Estadão serão antecipados aos assinantes

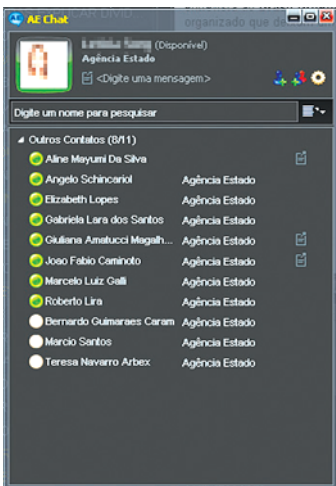
Lides

Os fatos mais importantes da vida jurídica brasileira produzidos em parceria com portal Migalhas



Vídeos

Entrevistas e reportagens com os principais líderes da política nacional



AE Chat

Serviço de mensagens para todos os clientes do sistema Broadcast

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

des jornalísticas do grupo estão cada vez mais integradas, para atender o usuário da informação no formato e no momento conveniente”, diz Ricardo Gandour, diretor de conteúdo do Grupo Estado.

O *Broadcast Político* trará análises exclusivas dos jornalistas do Grupo Estado, como João Bosco Rabello, Marcelo Beraba, João Domingos, José Roberto de Toledo, Felipe Recondo e Fernando Dantas, entre outros. Os

assinantes do serviço, que é pago, ainda terão acesso antecipado às principais reportagens do jornal *O Estado de S. Paulo* e à coluna diária de Dora Kramer.

Todo o conteúdo poderá ser visualizado em uma única tela,

que pode ser acessada pelo navegador a partir de qualquer dispositivo: computador, celular ou tablet (*veja quadro nesta página*). Essa tela pode ser customizada para dar destaque ao que mais interessa ao usuário e nas

Relatos do regime militar levam comissão a rever direito de índios

Estudos sobre antigas reservas, em poder da CNV, apontam casos de grilagem ignorados pelos generais no poder

Roldão Arruda

Documentos produzidos pelo regime militar na década de 1960 já apontavam focos de tensão fundiária em áreas dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, que estariam ligados a irregularidades na ocupação de terras pertencentes aos índios. Parte desses documentos – muitos deles de caráter confidencial – foi encaminhada à Fundação Nacional do Índio (Funai) e acabou esquecida no Museu do Índio, no Rio. Os documentos estão sendo recuperados agora pelo grupo da Comissão Nacional da Verdade que analisa a questão indígena na ditadura.

Os documentos sinalizam que as irregularidades no avanço sobre terras indígenas tinham início dentro dos serviços públicos, com a participação de políticos. Envolviam frequentemente funcionários do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que, como o nome diz, tinha a função de cuidar dos interesses deles.

Um desses documentos, com data de 26 de julho de 1968 e carimbo de confidencial, é assinado diretamente pelo poderoso chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o general de brigada Emilio Garrastazu



Grilagem. Médici, em 1969: tribos caingangues prejudicadas

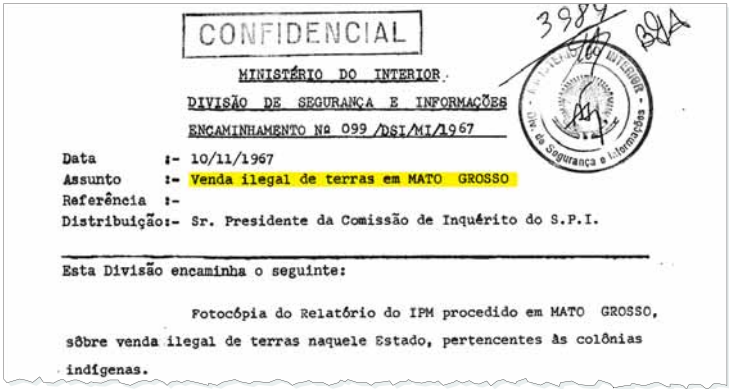
Médici. Na página de apresentação, ele informa que está encaminhando ao Conselho de Segurança Nacional – o centro das decisões políticas e militares da ditadura – um relatório sobre uma área de terra pertencente aos índios caingangues, no sudoeste do Paraná. Trata-se de um caso comprovado de “grilagem de terras pertencentes aos indígenas”, diz o futuro presidente da República. O relatório tem 172 páginas, com 14 dedicadas ao resumo do caso e outras 158 com cópias de documentos comprobatórios.

Mostra como, ainda na década de 1950, o então governador

Moysés Lupion tomou para o Estado “uma grande gleba no Estado Paraná que se destinava, por dispositivo constitucional, aos silvícolas do toldo de Mangueirinha”; e como, nos anos seguintes, essa mesma área foi repassada a particulares do setor madeireiro, violando normas legais. No total eram 16,736 hectares – a metade da área que os caingangues tinham na região.

O documento não produziu nenhuma medida a favor dos índios. Os caingangues, porém, continuaram reivindicando as terras, num ambiente marcado por tensões em violência. O caso só iria ter uma solução quando, em 2005, passados 38 anos do relatório, o juiz federal Mauro Spalding, numa sentença considerada histórica, reconheceu que os direitos dos índios tinham sido desrespeitados.

Em março de 1968, uma comissão organizada pelo Ministério do Interior havia concluído um alentado relatório sobre irregularidades no SIP. Um dos



AVISO Nº 76-Ch/P
Em 26 de julho de 1968.

Senhor Secretário-Geral:

Passo às mãos de V. Exa. o ENCAMINHAMENTO Nº 208/SNI/ACT, de 19 Jul 68, que versa sobre grilagem de terras pertencentes aos indígenas, no Estado do Paraná.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração.

Gen Div EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI
Chefe do Serviço Nacional de Informações

Confidencial. Relatório cita venda ilegal de terras indígenas

focos do documento, que se tornou conhecido como Relatório Figueiredo, por causa do nome de seu coordenador, o procurador Jader de Figueiredo Correia, era o esbulho das terras indígenas, com o apoio de políticos e servidores públicos.

O relatório também foi arquivado e esquecido até o início deste ano, quando foi encontrado por acaso no Museu do Índio.

O texto com as conclusões já foi divulgado, mas os seus anexos, com um total estimado de quase sete mil páginas, ainda estão sendo analisados.

Confinados. Um desses anexos é o depoimento que um antigo funcionário do SPI, Hélio Jorge Brucker, prestou durante uma audiência da Comissão de Inquérito, reunida em Campo

cores de sua preferência.

Ao assinar o serviço *Broadcast Político*, os clientes passarão a fazer parte da comunidade *Broadcast* e poderão comunicar-se uns com os outros, em tempo real, através do AE Chat, um serviço de mensagens dentro da própria plataforma. Hoje, a ferramenta já tem mais de 11 mil usuários no País e no exterior.

O *Broadcast Político* será apresentado ao público oficialmente nesta terça-feira, a partir das 17h30, em uma cerimônia no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, em que estarão presentes, além de parlamentares, representantes dos poderes Executivo, Judiciário e do corpo diplomático.

Fundada em 1970, a *Agência Estado* é pioneira na distribuição de informações online e em tempo real e líder de mercado em sua área. Ela difunde conteúdo para diversos públicos, como empresários, executivos, instituições financeiras e governamentais, além de veículos de comunicação e investidores pessoas físicas.

Missão. Um dos protagonistas do novo serviço é o jornalista João Bosco Rabello que, após 23 anos na direção da sucursal de Brasília do Grupo Estado, transformou-se em parceiro da empreitada, associado ao grupo Análise Política. Bosco continuará com sua colaboração jornalística a todas as plataformas do grupo, que inclui o blog no *estadão.com.br* e a coluna dominical no jornal impresso. A direção da sucursal de Brasília do Grupo Estado será, a partir de amanhã, exercida pelo jornalista Marcelo de Moraes, há 14 anos no grupo e que vinha atuando como chefe da Redação da sucursal, após ser editor e editor executivo.

Para antropólogo, plano do regime era integrar indígenas à sociedade

Relatórios produzidos pelo regime militar sobre o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) acabaram servindo como justificati-

va para sua extinção e para a criação da Funai, em dezembro de 1967. Segundo o antropólogo Mércio Gomes, que presidiu

aquela instituição entre 2003 e 2007, nem sempre os documentos militares visavam à garantia dos direitos indígenas.

No seu livro *O Índio na História: A Saga do Povo Tenetehara*, ele afirma que parte dos militares queria acabar com o SPI por não concordar com suas ações em de-

fesa da cultura indígena: “Integrar os índios à sociedade nacional, através do trabalho, da educação e da aculturação, era um mote que estava presente em parte da elite política brasileira, e uma linha de militares queria ver isto cumprido. A imagem que se queria projetar de um

Brasil grande e em desenvolvimento, com espírito moderno, também não parecia se coadunar com o jeitão do velho SPI. Foi nesse espírito que o SPI foi extinto para surgir a Funai.” Ainda segundo ele, os documentos militares tinham interesse em explorar os escândalos do

SIP para justificar sua extinção.

O Relatório Figueiredo, para ele, não poupou ninguém: “Até o trabalho de Noel Nutels, sanitarista que criara o serviço de combate à tuberculose, Francisco Meirelles, pacificador dos xavantes, e os irmãos Villas-Boas, foi posto em questão.”/R.A.